



Conflitos sociopolíticos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba

Social political conflicts, water resources and the program 1 million of cisterns in semiarid region of Paraíba

Jairo Bezerra Silva – Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, Campus IV-Catolé do Rocha-PB. E-mail: jairobezerra@hotmail.com

Lemuel Dourado Guerra – Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: lenksguerra@yahoo.com

Antonio Ioris – Doutor em Geografia, Professor na Edinburgh University (United Kingdom). E-mail: aioris@hotmail.com

Ramonildes Alves Gomes – Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UACS/CH da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: rnildes@hotmail.com

Resumo

Nosso objetivo principal neste artigo é o de analisar a implementação das tecnologias de cisternas de placas na região semiárida da Paraíba, com foco no Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), discutindo em que medida o mesmo contribuiu para a sustentabilidade hídrica para as comunidades rurais atingidas. Nosso objeto empírico foi o município de Catolé do Rocha-PB, sendo feita entrevistas com beneficiários e coordenadores do programa analisado. Com base no observado, as principais conclusões são as seguintes: a) a proposta de implantação das cisternas pela ASA implica um alto custo econômico para os 'beneficiários'; b) o programa produz e reproduz as relações do clientelismo político, as quais são (re)significadas; c) o P1MC representa uma estratégia ineficiente no que tange à melhoria do acesso e uso à água na região estudada, sendo a substituição da indústria do carro-pipa por uma política de cunho universalista ainda é algo distante de ser materializado; e, por fim, d) o P1MC contribui para reforçar a ideologia da naturalização da 'escassez' de água na região Nordeste, sendo seu custo social invisível aos beneficiários do programa.

Palavras-chave

Cisternas de placa; Recursos hídricos; Ideologia

Abstract

Our main goal in this article is to analyze sociologically the implementation of the cisterns boards technologies in the semiarid region of Paraíba, focusing on the Program 1 Million Cisterns (P1MC), discussing the extent to which it contributed to the achievement of water sustainability for rural communities rural. Our empirical object was the city of Catolé do Rocha-Paraíba State – Brazil, where we made interviews with beneficiaries and coordinators of the analyzed program. Based our field work we arrived to the following main conclusions: a) the proposed deployment of tanks by the NGO denominated Articulação do Semiárido implies in a high economic cost for the 'beneficiaries'; b) the program produces and reproduces the relations of political patronage, which are (re) signified; c) the P1MC is an inefficient strategy with regard to improving access and use the water in the study area, where the replacement of the water tank car industry by a universalistic policy is still some distance away from being materialized; and finally, d) the P1MC helps to strengthen the ideology of naturalization of 'shortage' of water in the Northeast, with its invisible social cost to program beneficiaries.

Keywords

Cistern boards; Water resources; ideology

INTRODUÇÃO

O interesse de se realizar este trabalho sobre as dinâmicas das cisternas de placas surgiu com as inquietações frente às repetidas iniciativas governamentais com vistas ao enfrentamento da escassez hídrica na região semiárida, cuja linha tem produzido historicamente ações pouco relevantes no sentido de inverter a orientação “assistencialista” da democratização do acesso e uso da água.

Durante o período de estiagem a população rural de baixa renda tem seu sofrimento implicado com a “falta de água” de qualidade em suas diversas formas. As instituições públicas responsáveis pela implantação das políticas que visam a disponibilização de água adotam medidas tipicamente paliativas para solucionar esse histórico problema.

Análises da série histórica de políticas públicas relativas à gestão dos recursos hídricos têm mostrado que o conjunto dessas políticas tem sido instrumentalizado politicamente, apresentando pouca eficácia no enfrentamento da escassez de água na referida região, tendo em sua maioria um caráter paliativo, emergencial e oportunista, sem contribuir em grande medida para a mitigação de conflitos no que tange ao acesso à água. É nesse cenário que o P1MC ganha visibilidade e se apresenta como alternativa ao problema da carência hídrica na região em análise.

A luta por recursos hídricos e a busca por sobrevivência no semiárido têm cada vez mais evidenciado que as medidas tomadas até o momento, desde o Século XIX, não foram suficientes, produzindo um quadro em que a assistência esperada não dá suporte eficaz às diversas necessidades das populações em alto nível de insegurança hídrica. No nosso entendimento, o P1MC não foge à regra da série histórica mencionada.

Apesar do debate contínuo sobre a relevância da água, a mesma tem sido submetida à lógica de mercado, o que tem levado a distorções no acesso por parte dos diferentes grupos sociais, principalmente aqueles que não podem arcar com o valor da água. A disponibilidade e acesso à água são questões fundamentalmente políticas e a água é um recurso intrinsecamente relacionado com o balanço de poder entre os grupos sociais nas diversas escalas espaciais (Cf. SWINGEDOUW, 2004).

Para discutir esses pontos acima levantados, na primeira parte do artigo fazemos uma breve apresentação da problemática hídrica no semiárido nordestino, inspirada na perspectiva da *ecologia política*. Na segunda parte, apresentamos um histórico do P1MC e em seguida discutimos os dados coletados na pesquisa de campo sobre sua implementação, na qual entrevistamos quinze beneficiários do

P1MC, como também cinco articuladores e coordenadores do referido programa, além da coordenadora local do P1MC e o Engenheiro agrícola do Sindicado dos Trabalhadores Rurais responsável pelo referido programa na região de Catolé do Rocha – PB, objeto empírico de nosso estudo.

A ECOLOGIA POLÍTICA DA QUESTÃO HÍDRICA NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE DO BRASIL

Um dos atores coletivos mais importantes na implementação do P1MC na região estudada é uma ONG denominada de Articulação do Semiárido (ASA). Segundo seus representantes, o principal objetivo do P1MC não seria tão somente a construção de cisternas de placas, mas também, a capitalização da mobilização social local e a sustentabilidade da estratégia que elas representam, sendo, portanto, um modelo de política de gestão de recursos hídricos que promoveria a democratização do acesso e uso da água no semiárido nordestino. A gravidade do problema do abastecimento nos períodos de estiagem, principalmente no que se refere às populações rurais carentes, muitas vezes tem significado que essas sejam afetadas até naquilo que tange ao consumo humano de água. À medida que isso ocorre, essas populações passam a depender do abastecimento feito através de carros-pipa, que em determinados momentos não são assegurados pelo governo federal e, que em grande medida, leva os beneficiários dos programas de cisternas de placas e cisterna de polietileno a comprar água a um preço bastante elevado e a comprometer o orçamento familiar em aproximadamente vinte por cento, ensejando assim aquilo que consideramos como um dos pontos decisivos na conjunção do mercado de águas na região Nordeste que se intensifica a cada estiagem prolongada, mesmo que haja programas sociais buscando a reversão do problema da escassez de água.

Para compreender o transtorno que os sertanejos pobres passam no que tange ao acesso e uso à/da água, é preciso levar em consideração os fatores sociais que se agregam à *escassez* [*seca*, período de baixa precipitação pluvial] na referida região, integrando um processo que não é só de ordem natural, mas também de ordem da construção sociopolítica da *seca*, desdobrado nos seguintes pontos principais: a) a importância econômica da apropriação possibilitada para os capitalistas da água, donos da indústria de carros-pipa; b) ineficiência de programas governamentais de abastecimento hídrico, os quais têm tido baixo alcance social, além de terem sido formulado em termos de construção de obras que se arrastam ao longo do tempo e que vão muitas vezes favorecer oligarquias locais envolvidas com o negócio da água, como ressalta Ioris (2012, p. 23):

Abundância e disponibilidade de água são características das terras brasileiras que chamavam a atenção já dos primeiros viajantes portugueses, como no relato de Pêro Vaz de Caminha: “Águas são muitas; infinitas”. Em tal maneira é graciosa [a terra] que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”. A percepção da água como expressão da riqueza nacional não se restringiu, contudo, a construções poéticas e relatos épicos, mas marcou a evolução socioeconômica ao longo dos cinco séculos de história. O fato de contar com água em profusão, muito mais que qualquer outro país americano, influenciou a colonização do território, a formação cultural e, de resto, a própria relação entre sociedade e natureza. A utilização de rios, aquíferos, lagoas e manguezais na produção de mercadorias e na organização da atividade produtiva gradualmente transformou o elemento natural água em um recurso dotado de valor econômico.

Historicamente as secas prolongadas típicas do semiárido do Nordeste brasileiro acompanharam a trajetória das gerações de homens e mulheres que se sucederam nesse espaço e que criaram/desenvolveram características múltiplas para assegurar a sua sobrevivência em meio a essas especificidades climáticas que ao longo da história tenderam a ser capitalizadas e apropriadas por aqueles que dela souberam fazer uso privilegiado. Desde a política de construção de açudes com recursos públicos em propriedades privadas, possibilitando aos grandes proprietários se apoderarem da água para negociá-la em benefício próprio até as microações a exemplo do P1MC, apropriado por uma rede de especialistas que o instrumentalizam, além de permitir a continuidade da indústria dos carros-pipas, com suas injunções mercadológicas, mas também em termos de reprodução de relações de clientelismo político na área, transformando-se a água em uma moeda de troca objetiva e simbólico/política.

BREVE HISTÓRICO DO P1MC

O P1MC foi criado em 2003, sendo enunciado como destinado a estabelecer uma prática eficiente de convivência dos indivíduos com o semiárido nordestino. Antes desse programa predominava a máxima de garantia de água para todos dentro do paradigma da intervenção estatal e da lógica do desenvolvimento sustentável.

Na implementação do referido programa mobiliza-se o discurso da convivência com o semiárido, ao qual se agregam símbolos e metáforas da microação coletiva, apresentada pelos representantes da ASA como modelo *revolucionário e eficiente*.

No discurso dos membros da ASA que entrevistamos é claro o vínculo com partidos de esquerda, mas também a desvalorização da esfera político-

partidária, normalmente considerada como menos importante do que a atuação no campo das mobilização comunitária. A visão da escassez de água como um problema essencialmente natural é favorável à despolitização das populações rurais, que facilmente são conduzidas para a alternativa da religião ou simplesmente da aceitação do que for oferecido como estratégia governamental ou mesmo no âmbito privado.

A ideologia do sistema capitalista é ratificada, segundo Silva (2010) pelas ações e relatórios do Banco Mundial, que dissemina como tese central a de que fora da precificação da água não há condições de universalizar o acesso ao recurso. Questionando essa ideia, Ioris (2006) afirma que a anunciada escassez de água e a solução proposta para seu enfrentamento, coloca em curso um processo de reconhecimento da água como uma mercadoria, sendo mais um dos elementos necessários à solidificação da indústria da seca em todo o mundo e especificamente no semiárido do nordeste do Brasil.

Nessa mesma linha de raciocínio, Santos (2012, p.27) reconhece e, também, questiona a naturalização da estiagem na região nordeste:

Faz-se necessário pensar os problemas de água no semiárido não somente como fenômenos decorrentes de condições naturais da região. Esta abordagem unilateral tem contribuído mais para uma naturalização dos problemas da escassez de água sob um viés catastrófico, fatalista e oficioso. Tem-se a falta d'água como um problema natural dessa região, mas que pode ser combatido com políticas públicas mais eficazes, na medida em que os nordestinos aprenderem melhores formas de captar toda a água decorrente das chuvas da sua região, que sempre foi uma região com baixo índice pluviométrico.

Enquanto os ambientalistas insistem em centralizar o discurso sobre a problemática do acesso democratizado, socialmente justo à água na alusão a sua escassez e finitude, dando às vezes um tom apocalíptico e sempre focalizando a responsabilidade individual na sua gestão, fortalece-se a necessidade de precificação como estratégia mais eficiente de manejo do recurso. Ao invisibilizar as variáveis econômicas e políticas envolvidas, os ambientalistas, representantes governamentais e o capital interessado ficam protegidos de uma análise mais complexa e densa das questões relativas à promoção da *justiça/equidade hídrica* na região.

Nos discursos hegemônicos de especialistas, ONGs e instituições multilaterais se potencializa a visão que naturaliza a escassez de água no semiárido brasileiro, deixando-se de lado a necessidade de repensar a ação do Estado brasileiro no sentido de atuar eficazmente num país cujas reservas de água doce é a maior do mundo.

A redução da questão hídrica à discussão que pressupõe e centraliza o foco na escassez de água no semiárido brasileiro é por nós entendida como um problema de ordem teórica e prática: em termos de teoria, naturaliza um fenômeno que tem aspectos sociais e políticos tão ou mais determinantes do que os relativos à geografia e seus elementos climáticos e pluviométricos; em termos de prática, protege do questionamento as políticas públicas formuladas e implementadas historicamente na região para combater os efeitos das *estiagens*, fortalecendo os mecanismos de produção e reprodução da inequidade hídrica na região citada.

Também é importante ressaltar a associação entre esse discurso que naturaliza a escassez da água no semiárido brasileiro com o favorecimento de interesses do capital na privatização e mercadorização da água do Brasil, país que detém a maior reserva de hídrica do planeta, sendo nosso país um destino crescentemente visado por várias empresas multinacionais do setor hídrico. É nessa direção que Swyngedouw (2004, p.37) protesta veementemente:

Apesar, ou talvez por causa da crescente preocupação acerca da importância vital da água para o desenvolvimento humano, as questões sobre ela têm ganho importância na agenda ambiental, enquanto têm sido simultaneamente submetidas à lógica do mercado. Na verdade, essas duas dinâmicas estão mutuamente interligadas. [...] De fato, os mercados vibram com a “escassez” real ou imaginada. Muitas organizações ambientalistas, com suas preocupações reais por assuntos ecológicos importantes, encontram-se numa aliança objetiva porém perversa com tais forças políticas e econômicas para as quais a privatização da natureza é uma mera tática para maximizar a acumulação, desregular mercados e buscar novos lucros.

Na mesma linha de Swyngedouw (2004), Silva (2010) reconhece que os conflitos em torno do acesso à água são de natureza política, observando que as metas que foram programadas para essa área nas diversas conferências internacionais de água entre o final do século passado e o início deste ainda não foram alcançadas, porque na lógica do mercado a universalização do acesso à água não cabe, a não ser em termos de ideologia para justificar a privatização do recurso.

O que vemos em Catolé do Rocha-PB, recorte empírico do estudo em que se baseia esse artigo, é que o acesso à água continua a ser estratificado, dependente cada vez mais da possibilidade dos indivíduos poderem arcar com o seu custo financeiro elevado, incluindo aqueles que não podem pagar pelo abastecimento suplementar de água quando as cisternas construídas pelo P1MC esvaziam. Nossa pesquisa de campo revelou como a alegação de que as cisternas estariam solucionando o histórico problema da seca no semiárido nordestino, dando suporte hídrico às famílias, é frágil, assim como é ineficiente o conjunto de medidas que vêm sendo articuladas com o P1MC.

Nessa mesma direção, Guerra (2007) reconhece que o processo pelo qual o meio ambiente emerge com uma preocupação relevante em muitas sociedades contemporâneas é o resultado da conjunção de vários elementos e da ação política de instituições sociais e forças variadas. As preocupações em torno das políticas públicas para garantir o abastecimento de água de qualidade para as populações urbanas e rurais no Brasil é um exemplo de como as variáveis ligadas estritamente ligadas ao mundo físico e as relativas ao campo da política e da cultura se imbricam na formulação de discursos e na ação dos indivíduos e das agências governamentais.

O fato de que a população rural permanece refém das práticas clientelistas nos processos de formulação e implantação do P1MC, permanecendo os carros-pipas fazendo parte da paisagem cotidiana na região assim como a ação da *indústria da seca* ode nos ajudar a refletir sobre as dinâmicas de produção e reprodução da *injustiça hídrica* na área.

Em outras palavras, os mais beneficiados com a lógica mercadológica da água são as classes econômicas sociais favorecidas, enquanto as populações mais pobres sofrem com essa ideia de falta de água. Isso mostra que os problemas gerados pela chamada escassez hídrica são na verdade problemas do modelo da modernização tardia brasileira que a ASA, através do P1MC, não consegue compreender de maneira a questionar o seu funcionamento na ordem capitalista. E isso se intensifica quando a ASA não consegue dar respostas significativas em relação ao abastecimento e, nem tampouco, entender o funcionamento da dialética da vulnerabilidade social como sendo um elemento que se agrava no instante em que a estiagem se avoluma na região Nordeste. E é esse desconhecimento que se torna objeto de nosso incômodo sociológico.

O DISCURSO DA ESCASSEZ E A VIABILIDADE DO P1MC COMO ESTRATÉGIA PARA SEU ENFRENTAMENTO

A discurso que tem emergido globalmente em torno da ‘escassez hídrica’, e das possibilidades de um colapso mundial do abastecimento de água tem sido disseminado nos últimos 20 anos de modo intenso. Programas de TV, artigos em mídias impressas científicas e jornais diários alimentam a formação de uma cultura do medo de um cataclisma planetário do acesso e uso humano da água potável (MARENGO, 2008; BARROS; AMIN, 2008). Não se trata aqui de discutir objetivamente os riscos que estaríamos realmente correndo nesse campo, mas de pensar como esse discurso tem sido utilizado pelos seus criadores e disseminadores. Parece-nos mais urgente pensar como o discurso da escassez da

água e do risco de uma crise hídrica mundial grave vem sendo operacionalizado pelos que defendem sua precificação, a transformação e regulação da água em uma mercadoria enquanto estratégia para seu enfrentamento. Sobre esse ponto argumenta Petrella (2003, p. 40) nos seguintes termos:

O valor de um bem é definido principalmente por seu valor econômico, isto é, por seu valor mercantil de troca. [...] Seguramente, pode-se dizer que a água dos lençóis, da chuva e dos rios é um bem comum natural, do qual o Estado é o proprietário em nome da nação, assim como toda outra fonte de recurso natural. Mas desde o momento em que uma intervenção humana transforma a fonte natural em um bem ou um serviço, ele tem custos, e a água se torna um bem econômico, objeto de troca e de apropriação privada.

As metáforas coletivizantes e globalizantes que têm sido mobilizadas no discurso acima referido apagam as diferenças nos montantes usados tanto se considerada a escala dos indivíduos – diferenciados de modo radicalmente no mundo social quanto ao acesso e uso da água –, quanto se pensamos na escala do uso do recurso por setores da economia, países e regiões do planeta, sendo funcionalmente utilizada para permitir a mercadorização e privatização da água em vários lugares do planeta.

A planetarização da discussão sobre o controle e gestão das águas potáveis têm mobilizado redefinições geopolíticas e sociais, dando origem aos processos de pirataria/tráfico de água, da sua transnacionalização e de fenômenos de expropriação de populações locais com menos forças no sistema mundial de relações entre grupos econômicos, nações, etnias e classes sociais.

Popeau assim comenta esse fenômeno (2003, s/p.):

Os efeitos sociais dessas orientações são menos estudados que os problemas ambientais que provocam. A perda de controle das populações locais sobre o custo da água faz-se acompanhar pelo aumento de seu preço, o que impede o acesso dos mais pobres ao serviço de água, assim como o direito a uma informação transparente sobre padrões sanitários mínimos.

O que o autor está nos mostrando aí é que o acesso adequado está diretamente associado à posse de capital. O que nosso trabalho de campo revelou em relação às cisternas construídas no âmbito do P1MC na região estudada confirma essa lógica acima comentada pelo autor em termos gerais: acessa e usa satisfatoriamente a água quem pode pagar.

Nas comunidades rurais por nós observadas em Catolé do Rocha-PB, são muitos os incômodos de pessoas que possuem as cisternas do P1MC, mas que por questões dos baixos índices pluviométricos observados e a ausência de

capital econômico para empregar na compra de água não podem arcar com as despesas necessárias para mantê-las com níveis que possibilitem o atendimento de suas necessidades humanas de uso de água potável.

Se considerada a estratégia das cisternas enquanto alternativa para o sustento e viabilidade da agricultura praticada na região citada, a situação é ainda mais grave. Para usar a cisterna de placas para assegurar uma pequena plantação o custo se eleva e o investimento feito pelo governo e pelos receptores dessa tecnologia pode ser avaliado como menos eficiente ainda do que se apenas consideradas sua efetividade em termos de atendimento das necessidades de consumo doméstico do recurso.

A estratégia de racionalização do uso da água através do estabelecimento da sua precificação, nesse contexto e seguindo noções de modernização ecológica que permeiam a maioria das políticas contemporâneas de recursos hídricos, tornaria a vida do homem do campo mais difícil, visto que a renda das famílias na região por nós pesquisada não passa na maioria dos casos de dois salários mínimos. Há casos de famílias na região de Catolé do Rocha-PB, que sobrevivem apenas com um salário mínimo, e que são obrigadas a comprar água, adequando seu cotidiano para deixar de consumir alguns dos bens alimentares que lhes são indispensáveis no que concerne ao conjunto do atendimento de suas necessidades básicas.

O ‘novo clientelismo’ operacionalizado pela ASA, com seus assessores e *mobilizadores sociais* na mediação para a implantação das cisternas focaliza basicamente sua construção, deixando de lado as maneiras como as famílias vão abastecê-las durante o período da estiagem. A ASA potencializa a mobilização dos novos projetos – a exemplo do P1MC – e no período eleitoral, quando as justificativas de solução a problemática da escassez se espalha intensamente conjuntamente com a promessa do acesso à água através da *doação* de carros pipas, a indústria da seca e dos votos trocados pela água continua sendo exercitada sem solução de continuidade. A ASA e os políticos que querem conquistar o apoio político das famílias beneficiadas, trocam o abastecimento da cisterna pelo comprometimento do voto, emergindo daí a teia do clientelismo que não se acaba, mas que se reconfigura conforme o momento e contexto social considerado.

No contexto explanado, em não havendo formas gratuitas de abastecimento das cisternas, como será possível superar esse tipo de clientelismo? Para nós, enquanto não houver uma estratégia de abastecimento de água sem que haja comprometimento da renda das famílias em situação de vulnerabilidade da zona rural, o clientelismo reciclado dominará o *campo da oferta*, visto que sem disponibilidade de água muitas famílias recorrem à lógica política tradicional em buscas de soluções..

O PERFIL E A DINÂMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

As estiagens frequentes deu origem à formulação das políticas públicas nacionais de abastecimento de água, as quais inicialmente se focalizaram no Nordeste, assumindo em cada momento histórico estratégias diferenciadas para garantir a oferta de água aos moradores da zona do semiárido brasileiro.

Passador & Passador (2010), Andrade & Queiroz (2009) demonstram que a história das políticas públicas relativas ao abastecimento de água no semiárido enfatiza a construção de infraestruturas hídricas, no entanto, localizadas nas propriedades de grandes fazendas, fortalecendo a dependência das famílias pobres economicamente e em capital político. Esse cenário ainda perdura e se reflete na formulação e execução do P1MC em Catolé do Rocha-PB.

Entre os anos 1877 e 1945 foram criadas comissões, inspetorias e departamentos nacionais no intuito de combater os efeitos da estiagem, a exemplo do IOCS (Inspeção de Obras contra a Seca), IFOCS (Instituto Federal de Obras Contra as Secas) e DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). Esses, porém, não se restringiam somente às ações voltadas para assegurar água à população que dela precisava, mas sim, tiveram um papel marcante na construção da infraestrutura na região nordeste com a construção de estradas, ferrovias e pontes, conforme Nascimento (2005, p.37):

O Império instituiu uma Comissão Imperial para estudar a abertura de um canal que comunicasse as águas do rio Jaguaribe com as do rio São Francisco, porém não foi concretizado, e a prioridade foi dada à construção de açudes e poços tubulares. Em 1904, foram criadas várias comissões: Açudes e Irrigação, Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas e de Perfuração de Poços. Em 1909, foi instituída a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual foi transformada em 1919 em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

Na formulação das ações governamentais relativas às estratégias de solução dos problemas de acesso à água, a região Nordeste sempre foi alvo de investidas institucionais de combate às secas, através da criação de grandes órgãos nacionais que se transformaram em objeto de disputas políticas entre os diversos segmentos sociais. Destacam-se nas ações dos acima citados os grandes projetos lançados pelo governo federal de construção de pequenos açudes, cacimbão, poços, cisternas e barragens subterrâneas e mais recentemente ao P1MC, conjugado à transposição de águas do Rio São Francisco, ainda em execução. É possível ao longo da história das políticas públicas relativas à água para o Nordeste um traço recorrente,

o de deixar em aberto um conjunto de possibilidades para que grupos específicos, os de maior renda, relacionados com a gestão da água, se constituam enquanto apropriadores do espaço e recursos hídricos públicos de modo privado.

No caso do P1MC, o governo mais uma vez adota uma estratégia que funciona apenas superficialmente em termos do enfrentamento do problema da falta de água para as populações pobres das comunidades rurais. Como veremos nos dados apresentados a seguir, os objetivos de *fazer frente aos carros pipas e à 'indústria da seca'* não têm sido atingidos pelo referido projeto. Os mais beneficiados com essa ação, que se enuncia como partindo da sociedade civil e se tornando um programa governamental, são os mediadores das políticas públicas – o quadro de especialistas consultores das ONGs envolvidas – e os próprios políticos envolvidos com a *indústria da seca*, que continua um instrumento privilegiado de angariar votos dos mais vulneráveis, que usam o acesso à água como moeda de troca eleitoral.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE CONVIVÊNCIA COM A SECA – O P1MC

A criação de do Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais P1MC, ocorre como o desdobramento de articulações da sociedade civil envolvendo ONGs – principalmente dentro do *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido*, da Articulação do Semiárido (ASA), criada em 1999 –, a Igreja Católica e financiadores privados, além de instituições filantrópicas internacionais, a exemplo da OXFAM (ASSIS, 2010).

O P1MC teve início em 2000 e buscava a construção de um milhão de cisternas para coleta de água da chuva com condições reconhecidas para consumo humano, sendo previsto para atender os estados do Semiárido brasileiro: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Minas Gerais.

Sua execução tem contado com recursos do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além do apoio de instituições de caráter público ou privado, como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN). No discurso dos seus idealizadores, a construção de cisternas prevista no P1MC traz também elementos como a capacitação das famílias envolvidas – aí entrando um quadro de especialistas de ONGs e ligados a universidades públicas – sendo definido como um instrumento privilegiado para a mobilização social quanto às ações possíveis de convivência com o semiárido/ com a seca. A previsão inicial era de, através da articulação nacional, estaduais

e microrregionais, contruir até outubro de 2009 em torno de 300 mil cisternas, em mais de mil municípios, e a *capacitação* de um número igual de famílias. No discurso de seus idealizadores, contando com uma média de 5 pessoas por família, o número de indivíduos atendidos chegaria a mais de um milhão e duzentas mil.

A proposta do P1MC se enunciava como uma estratégia de universalização do acesso à água para beber e cozinhar, a qual se baseava na adoção de tecnologias simples e baratas como alternativas para a construção de *baixo para cima* de uma política de convivência com a seca (ASA, 2007)

A experiência de construção em maior escala de cisternas de placa iniciou-se no norte da Bahia, no início da década de 1990, no município de Campo Alegre de Lourdes (MALVEZZI, 2007). Organizações sindicais e agentes pastorais queriam propor alternativas para enfrentar a falta de água nas comunidades da região no período da seca, pretendendo encerrar o ciclo de utilização de caminhões pipa. Replicando uma experiência desenvolvida pela ONG *Caatinga*, no município de Ouricuri, em Pernambuco, implementaram um programa piloto de 50 cisternas, para testar a eficácia do método, contando com uma agência filantrópica britânica, a OXFAM.

Consideraram os resultados em termos de fornecimento de água de qualidade para beber, da diminuição do trabalho para a busca de água, principalmente feminino, e citando uma expressão que vai ser recorrente nos discursos das micro-ações na área da gestão hídrica, o aumento da *autoestima* dos que receberam as cisternas, expandiram a experiência para outras paróquias.

O processo de legitimação pública que resultou na transformação dessa proposta em política pública estava aos poucos se estabelecendo: em 1997 a Diocese de Juazeiro, em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, encampa um projeto diocesano, cuja mobilização envolve várias ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e paróquias e arrecada cerca de R\$ 600.000,00, para a implantação do programa “Adote uma cisterna: até 2004, nenhuma família sem água”. Esse discurso era moldado e disseminado pelo quadro de especialistas consultores para a mobilização social da ASA: *O P1MC vem como um programa que muda diretamente a vida das famílias, e que você vai se chocar diretamente com a indústria da seca, do carro pipa* (Trecho de entrevista com uma coordenadora da ASA em Minas Gerais, *apud* ASSIS, 2010, p. 13).

Como uma resposta a essas articulações O P1MC passa a ser uma política pública do governo federal, ao ser firmado o Termo de Parceria nº 001/2003 com o Ministério do Desenvolvimento Social/MDS (NASCIMENTO, 2005).

Como veremos a seguir, na análise do caso da implementação do referido programa em Catolé do Rocha – Paraíba, embora alguns atores envolvidos no

processo como a ASA e a Igreja Católica, além de autores acadêmicos afirmem, a exemplo de: (1) Cordeiro Neto *et al.* (2014, p.47) em um estudo de caso realizado em Juazeiro do Norte – Ceará, que o P1MC colocou em curso *processos que dotaram as comunidades rurais da região de notáveis manifestações de integração e de linkages e que essas formas de capital social dinamizaram, de modo complementar, as ações que levariam à implementação do P1MC na região* por eles estudada ; (2) Silva *et al.* (2014), sobre um estudo de caso em Pedra Lavrada – Paraíba, que o referido programa é um sucesso em termos de consecução de seus objetivos, embora apresente dados advindos de uma pesquisa feita com 40 famílias que o P1MC, sem citar uma fala sequer dos que receberam essa *tecnologia social*, defendemos aqui que o P1MC não oferece condições necessárias para resolver a problemática da falta de água na região semiárida no nordeste do Brasil, a qual como veremos atinge os indivíduos de acordo com suas disposições na hierarquia social da referida região.

Como veremos nas seções a seguir, o ciclo das cisternas de placas é de baixa durabilidade, por que logo que são construídas passam a ser ‘esquecidas’ pela ASA. E nem a assistência técnica é levada a cabo nesse cenário. Não são raros os casos em que a cisternas apresentam rachaduras e vazamentos, acarretando para as famílias que as receberam, na sua maioria do baixo estrato social da população, gastos com a manutenção das cisternas, além do que podem disponibilizar. Na maioria das vezes, a água que a família usa para o abastecimento das cisternas não é potável, sendo altos os riscos de uso de água captada dessa maneira. Gould (1999) e Lye (2002, 2009), ao discutirem os riscos à saúde associados ao consumo de água de chuva, ressaltam que as principais fontes de risco a ausência de controle técnico das superfícies e reservatórios em que elas serão armazenadas, colocando em cheque a lógica da sustentabilidade hídrica enunciada como finalidade e potencialidade nos discursos apologeticos ao programa. Além do mais, na paisagem da região em que as cisternas foram construídas um elemento continua recorrente, como um testemunho vivo da sua ineficácia: os caminhões – pipas, que terminam compondo o cenário em que se desenrola a vida das populações rurais do semiárido do nordeste do Brasil.

O CASO DO P1MC NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

Atualmente, o P1MC já construiu 476.040 cisternas de placas em todo o semiárido nordestino (GOMES *et al.*, 2014). No município de Catolé do Rocha–PB, área em que foi conduzida a pesquisa que originou esse trabalho, até o momento foram construídas na primeira etapa 366 cisternas de placas; na segunda etapa está prevista a construção de 760 cisternas de placas.

O programa aqui focalizado está em pleno curso, sendo nosso trabalho inscrito no esforço de analisar em que medida ele contribui para a dinamização do processo de sustentabilidade da produção agrícola familiar na zona rural da cidade de Catolé do Rocha e cidades circunvizinhas, bem como verificar a maneira como os beneficiários do programa de cisterna de placas e polietileno constroem suas representações em relação às instituições que executam o projeto, e observar em que medida o programa representa uma diferença quanto às práticas clientelistas que ao longo da história balizaram grande parte da execução de obras hídricas na região do semiárido brasileiro.

METODOLOGIA

A coleta de dados do referido trabalho foi realizada no município de Catolé do Rocha-PB, situado a 427 km da capital João Pessoa, na comunidade rural São Francisco, composta pelos Sítios Xavier, Sítio Conceição, Sítio Colina e Sítio Jenipapeiro, localizados a 15 km do centro da zona urbana do município citado e no Sítio Pilar, localizado a 10 km também do centro da cidade.

Para a realização da pesquisa, utilizamos um método que envolve aspectos qualitativos e quantitativos. Realizamos quinze entrevistas não estruturadas e gravadas com os beneficiários das diferentes comunidades, como também cinco entrevistas não estruturadas e gravadas com os animadores e coordenadores do P1MC. Logo após a realização das mesmas, passamos à sistematização e análise sociológica das falas registradas, a fim de observar o conjunto dos principais contornos, nuances e desdobramentos que perfazem o P1MC enquanto uma política pública que, em certa medida, é gestada pela ASA, tendo como viés subjacente, a pressuposição da cobrança da água como estratégia mais racional e eficaz para a gestão hídrica na região, tendo em vista a ineficácia de ações por parte do Estado no abastecimento gratuito de água potável aos beneficiários.

OS PROCEDIMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO P1MC – O CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA–PB

O processo de seleção das famílias na comunidade rural de São Francisco, na cidade de Catolé do Rocha-PB, realizou-se em três etapas, a primeira procedeu-se com abordagens com a finalidade de se esclarecerem dúvidas acerca da instalação das cisternas de placas, dentre as quais destacando-se as seguintes: a) a identificação das famílias aptas ao recebimento das cisternas; b) a explicação

da proposta da ASA para construção da cisterna de placas cabendo à família a decisão final de aceitá-las ou não.

Aceita a construção da cisterna em sua propriedade, a família comprometeu-se a oferecer hospedagem (dormida e alimentação) para os pedreiros; a ajudar a cavar o buraco da cisterna; a pagar o auxiliar de pedreiro, dentre outros compromissos envolvidos.

PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS CISTERNAS

Segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA, 2007), o programa tem como objetivo principal *possibilitar à população do semiárido o acesso à estrutura simples e eficiente de captação de água da chuva, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o semiárido*. O público-alvo do programa é constituído para famílias de baixa renda da zona rural de municípios do semiárido brasileiro, que não disponham de fonte de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades, e que possuam renda familiar de até meio salário mínimo ou, no caso dos idosos, renda total da família de até três salários mínimos, priorizadas aquelas enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família (PBF).

SEGUNDA ETAPA NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DAS CISTERNAS

A segunda etapa realizou-se com o cadastramento e seleção das famílias beneficiadas, com base na lista das famílias cadastradas em programas sociais do governo federal como o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural, feitos com a participação da população local, a partir de uma comissão formada por Sindicatos, Igrejas, Movimentos Sociais, Pastorais, Clubes de Serviço, Entidades de Classe e outros, que receberam apoio de prefeituras, órgãos públicos e pelo conselho municipal formalmente instituído.

TERCEIRA ETAPA NO PROCESSO DE SELEÇÃO DA CONSTRUÇÃO DAS CISTERNAS

A terceira etapa foi o curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos, destinado à população beneficiária das cisternas com intuito de prepará-la para a construção, manutenção e uso dessas. A comissão ou conselho municipal

selecionou as famílias a serem beneficiadas pelo programa a partir dos seguintes critérios de priorização, na ordem: a) possuir renda familiar que se enquadre nos programas sociais do governo federal; b) serem chefiadas por mulheres; c) quantidade de crianças de 0 a 6 anos; d) quantidade de crianças em idade escolar; e) quantidade de pessoas com deficiência; f) quantidade de idosos..

O gestor local do Programa de Cisternas inscreveu as famílias selecionadas pelo Conselho Municipal através do uso de um formulário específico desse Programa que contém informações individuais do Responsável pela Unidade Familiar, situação da moradia, formas de abastecimento de água, saúde e grupo familiar.

Nessa etapa, membros da ASA atuam no sentido de explicar os procedimentos, apresentando o equipamento e as condições de sua recepção. De posse dessas informações, fica a cargo da família aceitar ou recusar a construção da cisterna na sua residência. Logo após ser informado das contrapartidas que lhe cabem no que concerne ao processo de construção das cisternas a família trata dos últimos arranjos para a construção da cisterna, essa se obrigando a não faltar aos dias de *capacitação*, oferecida pelo pessoal da ASA, sob pena de exclusão do projeto.

O CURSO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (GRH)

Esse *curso* tem a duração de dois dias, sendo dirigido pelos articuladores e capacitadores da ASA. Nesse caso, realizou-se no município de Catolé do Rocha – PB, no Sítio Jenipapeiro, entre os dias 25 e 26 de Setembro de 2012, nas instalações do templo da Igreja Católica local, envolvendo os beneficiários e pedreiros das comunidades rurais locais. Acompanhamos o processo de implementação das cisternas desde a elaboração do cadastro, passando pela seleção das famílias e preenchimento dos formulários específicos do P1MC. Nessa fase do processo, fizemos observação direta, frequentando e gravando as atividades do curso de GRH realizado em Catolé do Rocha – PB. Pudemos então observar os temas, símbolos, metáforas mobilizados nos discursos dos instrutores. Durante os dias de capacitação, os beneficiários e pedreiros aprenderam *passo a passo* como é o processo de construção da cisterna, e nós nos concentramos na análise do dito e não dito pelos especialistas em mobilização social da ASA.

Compreender as características climáticas do semiárido, pensar o uso da água na agricultura familiar sob uma perspectiva agroecológica e socializar vivências do campo foram algumas das questões focalizadas nas atividades do curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH). No primeiro dia do curso, os capacitadores abordaram diversos temas, desde a contextualização histórica das

medidas de convivência com o semiárido até a explicação mais detalhada acerca do funcionamento das tecnologias sociais que são utilizadas no P1MC, promovendo oportunidades para a troca de experiências entre os próprios agricultores sobre suas práticas para conviver com os problemas advindos das estiagens.

Uma das características do quadro de instrutores do curso de GRH observada foi o fato de não terem formação universitária completa. Alguns tinham cursos técnicos e superiores em andamento como: Técnico Agrícola, Agronomia e Pedagogia. Não encontramos nenhum dos *capacitadores* formados ou especializados na área de Recursos Hídricos, o que pode se relacionar com a incipiente focalização de aspectos socioculturais e políticos envolvidos na questão das políticas de gestão de águas em nosso país.

Questões sérias como as condições de armazenamento que garantam que a água captada das chuvas seja potável, o que fazer quando não vierem as chuvas para a captação, os custos e adicionais que a construção do equipamento traz para cada família, que já paga impostos e poderia reivindicar as políticas hídricas de abastecimento de maneira a construir níveis mais aceitáveis de justiça hídrica e não entrar como co-financiadores.

Ainda outra ênfase observada nos discursos dos *capacitadores* da ASA foi a disseminação da ideia do papel da cisterna como uma estrutura básica, dentro de uma estratégia de convivência com o semiárido considerando o atendimento das diferentes demandas de água na unidade produtiva, ou seja, o entendimento da água para o consumo humano (beber e cozinhar), doméstico, animal e agrícola.

De acordo com os instrutores, o principal foco do GRH (Gerenciamento de Recursos Hídricos) é incrementar a mobilização, a motivação, a compreensão e o conhecimento das famílias, dos agentes de saúde e dos professores das comunidades acerca do princípio da cidadania e da convivência com o semiárido, além de capacitar as famílias dos beneficiários no que se refere ao processo de captação, gestão e manejo da água de chuva para o abastecimento das cisternas.

A ASA preocupa-se radicalmente com a construção das cisternas, apontando para uma melhoria inquestionável da qualidade de vida para as famílias, sem, contudo, se preocupar com a conscientização a respeito do potencial de durabilidade dessa água e sobre o que as famílias devem fazer para abastecer as cisternas durante o período de estiagem. A ideia é que as cisternas são uma solução sem problemas, uma alternativa capaz de superar a recorrência aos carros-pipa, ao comércio de águas.

O curso de GRH foi então uma oportunidade de aprendizado de como conviver e se mobilizar para a construção das cisternas, mas falhou redondamente em oportunizar a conscientização dos envolvidos no projeto a respeito de suas

possibilidades de acumulação de capital social (expressão muito presente nos documentos da ASA) para a reivindicação política de equidade hídrica.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS CISTERNAS DE PLACAS

Depois de aceite e aprovada a instalação da cisterna de placa, cabe à família (ao nosso ver sem muito conhecimento técnico), *escolher* o local em que a mesma será construída. Para medir o diâmetro e o local utiliza-se uma trena métrica, e as medidas são: a) 5 m de diâmetro e b) 80 cm de profundidade. Mais uma vez no processo de instalação operacionalizam-se práticas que desconsideram a viabilidade técnica de instalação da cisterna. Ou seja, nem sempre o local escolhido pela família é o mais adequado para o processo de construção das cisternas de placas. O que se esclarece de forma sucinta no processo é que o local da cisterna não seja próximo às raízes de plantas para não danificá-las. Questões relativas à poluição poderiam ser mais bem trabalhadas também no processo de capacitação.

O primeiro passo para a construção da cisterna, como já ressaltamos foi a capacitação que possibilitou que os pedreiros aprendessem técnicas, aprimoramento e aperfeiçoamento na construção da tecnologia. Uma oportunidade deles também conhecerem a dinâmica de mobilização pela convivência sustentável com o semiárido que a articulação propõe. De formato cilíndrico, coberta e semienterrada, o reservatório tem capacidade para armazenar até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para uma família de 5 pessoas *beber* e cozinhar, por um período de 6 a 8 meses – duração média da estiagem na região.

As placas da cisterna são construídas de cimento pré-moldadas, por indivíduos da própria comunidade, pedreiros e serventes das próprias localidades, formados e capacitados pela ASA, no âmbito do P1MC. Já a contribuição das famílias no processo de construção caracterizou-se apenas como uma ajuda relativa. Nesse contexto a visibilidade da ASA começa a ganhar dimensão, na medida em que se dissemina a ideia de que está em curso um processo de adoção de alternativas *novas* para universalizar o acesso através do processo de construção das cisternas de placas.

ALGUNS ASPECTOS DA ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

O discurso da ASA é produzido para empoderar seus quadros e participantes, implicando em uma despolitização da discussão e ações na área de recursos hídricos na região. Em cada processo de mobilização e construção de cisternas nas comunidades do semiárido essa ONG se capitaliza enquanto

prestadora de *serviços de alta importância* às comunidades que não têm acesso a políticas públicas efetivas de abastecimento de água para beber.

A própria decisão de abordar os problemas históricos nessa área em termos de políticas de convivência com o semiárido, com foco especificamente em um gerenciamento de recursos hídricos e dos recursos públicos através de uma organização não governamental encaminha a focalização das contradições e injustiças hídricas para uma zona que se delinea como apolítica, *neutra*. Fazendo uma crítica constante às ações interventivas do Estado na área de gestão de recursos hídricos, recorre ao financiamento público e ainda se apresenta como uma entidade capaz de fazer melhor aquilo que o Estado deveria fazer, despolitizando a questão.

No caso em foco, o abastecimento de água das cisternas é realizado pelos carros-pipa que integram o programa de abastecimento do governo federal em muitas das comunidades rurais, sem que se altere o modelo de clientelismo em torno da água nos dias atuais, testemunhando contra a eficácia do P1MC enquanto estratégia para resolver os problemas para o que foi criado. Continuamos a observar nas falas dos entrevistados receptores a *eterna gratidão a quem lhes dá água*.

Quanto à permanência da água enquanto moeda de troca nas comunidades que recebem as cisternas, é ilustrativo o comentário que transcrevemos abaixo, feito por um dos membros da ASA em Catolé:

Nossos representantes, no período eleitoral, afastam-se do cargo, se estiverem envolvidos em campanhas políticas, e se houver casos em que políticos aproveitarem para comprar votos, oferecendo em troca a cisterna, recomenda-se a denúncia, já que a ASA não possui vínculo com partidos políticos. (Entrevista com o Engenheiro da ASA, Julho de 2014)

O que vemos sutilmente ser declarado no trecho acima é a separação do processo de moldagem das políticas públicas hídricas do campo político partidário e também a redução do processo à construção das cisternas, como se no abastecimento delas pelos velhos conhecidos caminhões-pipas as relações de clientelismo não estivessem presentes. A ASA apresenta um discurso de negatização *dos partidos políticos*, das eleições, para construir uma representação de si marcada pela neutralidade, o que aumenta o seu potencial de autolegitimação enquanto representante isenta dos interesses das comunidades rurais.

Ainda durante a realização do trabalho, outra fala que nos chamou a atenção nesse processo foi uma em que um dos membros da ASA declarou: *a cisterna é um brinde para os beneficiários*. Tal assertiva carrega toda uma ambiguidade discursiva, na medida em que nos termos das economias das dádivas, dos brindes, dos presentes, está subjacente a obrigação da reciprocidade (Cf. MAUSS,

1974). Nos termos colocados fica difícil a fronteira entre a política pública sendo implantada ou o favor político sendo mediado pela ASA.

Nas falas dos beneficiários aparece o problema que os *capacitadores* da ASA silenciam, preocupados em apresentar o P1MC enquanto panaceia para os problemas de abastecimento de água nas comunidades rurais:

Abasteço minha cisterna por 80 reais. Antes era 50, mas estou muito satisfeita com a cisterna. Na minha casa não há abastecimento gratuito, já em outras tem. (Rita Soares Arruda, 63 anos, em entrevista 25/04/2014)

Nas entrevistas realizadas com os beneficiários da área aqui focalizada constatamos uma realidade diferente daquela apresentada no curso de GRH, pelos *capacitadores* da ASA. No referido contexto, a família para abastecer a cisterna, muitas vezes precisa comprometer parte de sua renda na compra de água, já que o governos, nem a ASA se responsabilizam pelo abastecimento em períodos de estiagem. Tal função é desempenhada pelos carros-pipa contratados pelo governo federal ou pela compra direta da água aos que a comercializam no município. Esse valor, em muitos dos casos é de R\$ 80,00, o que representa uma quantia significativa para a população carente, que em sua maioria, ganha apenas um salário mínimo.

De acordo com o observado, mesmo alguns dos beneficiários tendo as cisternas em suas residências são obrigados a entrar na lógica da compra de água, devido às limitações impostas pela quantidade disponibilizada pelas cisternas de placas, insuficientes para dar conta das demandas da população que deveria atender. Vejamos como é descrita a situação no trecho de entrevista abaixo citado:

Antes não havia depósito para armazenar a água. Abasteço a cisterna mensalmente por 80,00 reais, sabemos que cisterna é um projeto do governo federal. A única vez que a ASA me visitou foi quando estava na etapa de construção das cisternas. Usando baldes trago água gratuitamente da CAGEPA para beber, pois a água da cisterna não é potável. (Gorete do Santos, 34 anos, em entrevista 25/04/2014)

Dois elementos importantes na fala acima registrada: a ausência da ONG, que critica a ausência do Estado e o problema da água potável, como já apontado por estudiosos a exemplo de Lye (2009). O acesso à água apropriada para ingestão humana ainda é um problema para os nordestinos descapitalizados economicamente durante as secas. Também aparece o problema que o discurso apologético das cisternas enquanto política eficaz promete resolver, o fato de que, nos períodos de estiagem, a necessidade diária de se buscar água para o consumo diário obriga, sobretudo grande parte da população a longas caminhadas diárias e ao carregamento manual em muitos dos casos.

Há ocasiões em que as famílias esperam dias e até semanas, pelo abastecimento do carro-pipa, que é realizado de maneira não satisfatória pelo governo federal. Na maioria das vezes, a família não dispõe de condições financeiras para pagar pelo abastecimento como já ressaltamos anteriormente neste trabalho.

É importante ressaltar ainda que o abastecimento das cisternas pelos carros-pipa, providenciado pelo Governo Federal através do Exército Brasileiro, é feito sem fiscalização governamental nem da sociedade civil quanto à qualidade da água. O sistema estabelece que apenas uma cisterna a cada 500 metros na comunidade seja abastecida uma vez por semana, sendo que não é garantida a qualidade da água fornecida, pois a mesma é trazida de açudes e poços, sem que se certifique o tratamento adequado da mesma.

A família que tem sua cisterna abastecida pelo exército é obrigada a dividir a água com os vizinhos, para que o proprietário da cisterna continue sendo atendido pelo programa do exército, sem muitas vezes serem consideradas variáveis relativas ao tamanho das famílias e ao uso que precisam fazer do recurso, o que termina por criar conflitos entre os vizinhos, além de estabelecer uma *dependência do beneficiário*.

O carro-pipa abastece as cisternas daqui da comunidade sempre, só que o problema é que tem que dividir essa água com os vizinhos e mesmo assim a água só serve pra lavar roupa, lavar a casa. Pra beber temos que comprar água ‘mineral’ ou de outros carros-pipas. (Maria José de Sousa, 44 anos, em entrevista 25/05/2013)

Nesse cenário as famílias que não são beneficiadas pelo exército, são obrigadas a pagar pelo abastecimento da cisterna. Dependendo da localidade onde mora a família o carro-pipa chega a cobrar entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00, havendo, com isso, comprometimento na estrutura financeira mensal da família. Dessa forma, em vez de oferecer condições de sobrevivência no semiárido ou de solucionar a seca, o modelo das cisternas atua sobre a variável *tamanho do reservatório*, sem resolver de modo próprio a questão do abastecimento de água. Nesse contexto, quanto mais a ASA insiste em continuar com a implantação das cisternas, mais os ‘beneficiários’ continuarão a depender das microações, as quais não modificam substancialmente o quadro de problemas devidos a estiagens no nordeste.

CONCLUINDO

As principais conclusões às quais chegamos neste trabalho podem ser sinteticamente citadas do seguinte modo: a) a instalação das cisternas de placas nas

comunidades da zona rural da cidade de Catolé do Rocha-PB representa um alto custo econômico, uma vez que as famílias ‘beneficiadas’ são obrigadas a arcar com cerca de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do salário mínimo quando a mesma seca e quando o caminho paliativo continua a ser o dos carros-pipa; b) o problema do acesso e uso satisfatório à água de boa qualidade continua sem ser devidamente enfrentado, já que as diretrizes do P1MC não conseguem no que se refere à disponibilização dos recursos hídricos à altura das demandas dos agricultores familiares; c) reproduz-se a naturalização do problema do acesso à água [seca] e as estruturas básicas do clientelismo nessa área (com paralelos importantes, por exemplo, em relação à situação da cidade de São Paulo, de 2014 até o presente); d) o empoderamento político da ASA depende de sua denegação da política; e) continuam a se reproduzir as declarações do sentimento de gratidão eterna para com a instituição que instalou a cisterna de placa nos locais por nós observados; f) com o P1MC permanece significativo o espaço para a mercadorização da água na região por nós observada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. L.; QUEIROS, P. V. M. **Articulação do Semiárido Brasileiro ASA:** uma nova visão criticada política do semiárido. In: KUSTER, A; MARTI, J.F. Políticas Públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste. Fortaleza-CE, Fundação Konrad Adenauer, 2009, pp.27 - 37.

ASA. [Julho de 2014]. Entrevista com o Engenheiro da ASA.

ASA BRASIL. **Articulação no Semiárido Brasileiro:** construindo futuro e cidadania no semiárido. Publicação comemorativa 10 anos da ASA BRASIL. Recife (PE): 2010.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. **Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas:** o caso do P1MC. 2010. Disponível no *site*: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1266.pdf>. Acesso: dezembro de 2014.

BARROS, Fernanda Gene Nunes; AMIN, Mário M. Água: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo. *G&DR* v. 4, n. 1, p. 75-108, jan-abr/2008.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; VALADÃO, José de Arimatéia Dias & ANDRADE, Jackeline Amantino de. **Capital social na constituição e operacionalização do P1MC:** uma análise de dimensões desenvolvidas na microrregião de Juazeiro – BA. In *G&DR* v. 10, n. 4, SET-DEZ/2014, pp. 46-69.

GOMES, Uende A. F. *et al.* **A Captação de Água de Chuva no Brasil:** Novos Aportes a Partir de um Olhar Internacional. In: RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos V. 19 n.1 –Jan/Mar 2014, pp.7-16.

- GOULD, J. **Is Rainwater safe to drink? A review of recent findings.** In: 9th International Rainwater Catchment Systems. Pretrolina, Brazil. 1999.
- GUERRA, Lemuel D.; RAMALHO, Deolinda de S.; SILVA, Jairo B.; VASCONCELOS, C. R. P. de. **Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V.8, N.1, Março, 2007, p. 09-25.
- IORIS, Antonio A. R. **Água, Exclusão, Mercado e Cobrança: um debate necessário.** In: Simpósio de Recursos Hídricos do Sul Sudeste. 1ªEd. São Paulo: 2006.
- _____. **Passado e presente da política de gestão de recursos hídricos no Brasil.** Finisterra, XLI, 82, 2006, p. 87-99.
- _____. **Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais. Lamparina: Rio de Janeiro. 2010, p. 211-255.
- LYE, D. J. **Health risks associated with consumption of untreated water from household roof catchment systems.** In: Journal of American Water Resources Association, 38(5), 2002, p.1301-1306.
- LYE, D. J. **Rooftop runoff as a source of contamination: a review.** Science of the Total Environment. v.407, 2009, p. 5429-5434.
- MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística.** Brasília: Confea, (Pensar Brasil) 2007.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão de troca nas sociedades arcaicas.** In: Sociologia e Antropologia, vol. II. São Paulo: Edusp, 1974.
- MARENGO, José Antônio. **Água e mudanças climáticas.** Estudos Avançados, 22(63), 83-96. 2008. Acesso em fevereiro de 2015, no *site* http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200006&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0103-40142008000200006.
- NASCIMENTO, F. M. F. **Histórico das secas e programas do governo no semiárido: 1534-2004.** Rio de Janeiro: Cetem, 2005. (Série Estudos e Documentos).
- PASSADOR, C.S; PASSADOR, J.L. **Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: Cisternas e Cidadania.** Caderno Gestão Pública e Cidadania. São Paulo-SP. v.15, n.56, 2010, p.65-86.
- PETRELLA, Ricardo. **Uma necessidade vital de se tornar mercadoria.** Cadernos Diplô, São Paulo, n.3, 2003, p. 37-47.
- POUPEAU, Frank. **E a água foi privatizada.** In: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=500>, acesso, em março, 2014.

SANTOS, A. C. **Limites e possibilidades da participação no programa de um milhão de cisternas.** Campina Grande-PB, 2012. Dissertação defendida no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba.

SILVA, Jairo B. **As Tramas da Questão Hídrica Global: uma análise da transformação da água num bem público dotado de valor econômico e dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2010.

SWINGEDOUW, Eric. **Privatizando o H2O:** transformando águas locais em dinheiro global. Tradução de Diogo Lana Monte-Mór. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio 2004, pp. 33-53.

Texto submetido à Revista em 25.01.2015
Aceito para publicação em 30.05.2015